

DIÁRIO DE NOTÍCIAS	COMÉRCIO DO PORTO	
SÉCULO	DIÁRIO POPULAR	
JORNAL DO COMÉRCIO	DIÁRIO DE LISBOA	
PRIMEIRO DE JANEIRO	CAPITAL	10.001.1974
JORNAL DE NOTÍCIAS	REPÚBLICA	

# BISSAU JÁ NÃO TEM TROPAS PORTUGUESAS

**B**ISSAU, 18 (F. P.) — As primeiras horas do dia 15 de Outubro, deixavam a Guiné (Bissau) dois navios transportando tropas portuguesas e algumas pequenas unidades da Marinha de Guerra portuguesa. Era uma página da história do império colonial português que se virava: eram as últimas tropas portuguesas a deixarem a Guiné (Bissau). O general Carlos Fabião, comandante-chefe das tropas portuguesas e último representante de Portugal em Bissau, partira à uma hora da manhã de 14 de Outubro, na maior das discreções. Alguns dirigentes do P. A. I. G. C. acompanharam o general até ao aeroporto, onde o aguardava um avião dos Transportes Aéreos Portugueses.

A representação de Portugal em Bissau passará a ser assegurada por um embaixador.

Os acordos de Argel tinham marcado como data limite para a retirada das tropas portuguesas o dia 31 de Outubro. Fonte oficial de Bissau indica, porém, que tendo o Governo da Guiné pedido que a operação fosse apressada, as duas partes acabaram por chegar a um acordo quanto a uma antecipação desse limite.

A próxima capital da Guiné (Bissau) chegarão em breve os membros do secretariado executivo do P. A. I. G. C.: Aristides Pereira, secretário-geral; Luís Cabral, presidente do Conselho de Estado (Chefe de Estado); Francisco Mendes, presidente do Conselho dos Comissários (Conselho de Ministros); e João Vieira, presidente da Assembleia Nacional e ministro das Forças Armadas.

## Opção de cidadania

O Estado-Maior-General das Forças Armadas, através do S. I. P. F. A., comunica que a independência da Guiné-Bissau colocou os militares portugueses naturais daquele Estado perante uma opção de cidadania.

Por tal motivo, o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas determinou que os militares naturais da Guiné-Bissau presentes nas Forças Armadas portuguesas apresentassem uma declaração sobre a cidadania pela qual pretendem optar.

Os que optarem pela cidadania guineense serão imediatamente desligados do serviço, tendo direito a transporte para o seu País e a todos os vencimentos até ao último dia do mês em que se verificar o embarque.

# VÃO REUNIR-SE EM ZANZIBAR MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA

Fundação Cuidar o Futuro

**A**BIDJAN, 18 (R.) — A Organização da Unidade Africana (O. U. A.) alargou o reconhecimento «de facto» à União Nacional para a Independência Total de Angola (U. N. I. T. A.), um movimento de libertação angolano, ao conceder àquele partido a soma de 15 mil libras, o que acontece pela primeira vez no ano corrente — segundo declarou em Abidjan um dirigente da U. N. I. T. A.

Jorge Sangumba e John Kakumba, que têm a seu cargo as relações externas da U. N. I. T. A., e que presentemente se encontram em viagem pelas capitais africanas, disseram à Reuter, na quarta-feira, que o reconhecimento oficial «de jure» será concedido pela O. U. A. em breve quando a U. N. I. T. A., o Movimento de Libertação de Angola (M. P. L. A.) e a Frente Nacional de Libertação de Angola (F. N. L. A.), se reuniram em Zanzibar a fim de criarem uma frente unida para as negociações com Portugal sobre a independência de Angola.

Os dois dirigentes partiram na quarta-feira para Monróvia, capital da Libéria, depois de terem já visitado a África Oriental.

Kakumba disse que não deverão haver dificuldades de maior em reconciliar os três movimentos, uma vez que a maior parte dos membros da U. N. I. T. A. derivam dos outros dois grandes partidos angolanos.

Kakumba acrescentou que a U. N. I. T. A. nasceu de desacordos entre os outros dois movimentos e sobre a maneira como a luta pela liberdade deveria ser orientada e disse que o seu partido foi sempre de opinião que a luta deveria ser levada a efeito no interior de Angola, em vez de mostrar simplesmente as suas bandeiras e ter as suas sedes em Addis-Abeba, Kinshasa, Brazzaville e outras capitais africanas.

Disse, ainda, que o problema prioritário em Angola depois da independência será o da educação, dado que em Angola há 97 por cento de analfabetos. O problema imediato será o da tomada do poder económico das mãos dos colonialistas. Frisou que aos brancos nascidos em Angola será oferecida a escolha de irem viver para Portugal ou tornarem-se verdadeiros cidadãos angolanos.

A rematar a entrevista, Kakumba acrescentou: «Se qualquer branco escolher a continuidade de angolano, nesse caso terá sem dúvida os mesmos direitos que eu terei e que terá qualquer outro angolano.»

## F. N. L. A. estabelece delegação em Luanda

LUANDA, 18 (R.) — A Frente Nacional para a Libertação de Angola (F. N. L. A.) vai estabelecer uma delegação em Luanda — declarou um porta-voz daquele movimento, Hendrik Vaal Neto, que esteve na capital angolana integrado na delegação da F. N. L. A. que se deslocou do Zaire para conferenciar com a Junta Governativa sobre a descolonização do território.

Assim, a F. N. L. A. será o primeiro dos três movimentos emancipacionistas de Angola a abrir escritório em Luanda.

As conversações com a Junta Governativa, em que participa também uma delegação do Governo do Zaire, iniciaram-se ontem e, segundo se crê, giram em torno das tentativas tendentes a formar uma frente unida entre a F. N. L. A., o M. P. L. A. e a U. N. I. T. A.

Entretanto, o presidente da Junta, almirante Rosa Coutinho, anunciou que será nomeada uma comissão militar para dirigir os assuntos municipais da capital.

O jornal «Província de Angola» noticia que, ontem à noite, uma reunião do conselho municipal foi interrompida por uma manifestação de simpatizantes do M. P. L. A., que protestavam contra a lentidão da execução dos projectos de melhoramentos cívicos iniciados no mês passado. O almirante Rosa Coutinho recebeu mais tarde uma delegação dos manifestantes.

O ministro da Informação da F. N. L. A., comentando alegadas dissidências no seio do M. P. L. A., disse que o movimento a que pertence considera mesquinhas essas dissidências e não está disposto a esperar mais tempo até que o M. P. L. A. resolva os seus problemas internos. Sobre a situação de cerca de um milhão de refugiados angolanos na República do Zaire, disse que o seu regresso será encarado oportunamente, com vista à sua participação nas eleições da assembleia constituinte de Angola. Revelou ainda que a F. N. L. A. apoiará, no futuro, as reivindicações dos partidos de libertação da Rodésia e da África do Sul.